

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT17.010

EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM AMBIENTES ESCOLARES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT

Julio Cezar de Lara¹

RESUMO

No Brasil a educação financeira ainda é algo que pode ser considerado novo para muitas pessoas, surgindo como um grande desafio educacional atualmente. Passou a ser hábito do universo familiar, por ser obrigatório no ambiente escolar, fazer planejamento financeiros e falar sobre dinheiro, principalmente, com crianças. Em um processo contínuo, a educação financeira desenvolve habilidades para fazer escolhas adequadas ao administrar o seu dinheiro, criando uma mentalidade adequada e saudável para tomadas de decisões durante o ciclo de sua vida. Diante deste contexto o objetivo desta pesquisa foi analisar, junto aos gestores das escolas públicas e particulares do município de Cáceres no Mato Grosso, como está sendo a inserção do ensino da educação financeira no ambiente escolar. Trata -se de uma pesquisa qualitativa, caracterizado como um estudo descritivo, onde foi realizado uma pesquisa de campo por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada, a análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A partir dos dados obtidos foi possível constatar que as três escolas atuam com a educação financeira com o conteúdo tratado dentro das disciplinas afins. Também pode-se constatar que a escola de iniciativa privada adotou uma disciplina para o primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio. Os gestores entrevistados destacaram a relevância do tema, mas também relataram sobre a existência de dificuldades de inserção da temática como disciplina devido a carga horária e a falta de interesse dos alunos.

Palavras-Chave: Educação Financeira, Transversalidade, Escolas, Implantação, Sensibilização.

¹ Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado de Mato Grosso - MT, juliocezar.lara@unemat.br

INTRODUÇÃO

As finanças estão presentes diariamente na vida das pessoas e, segundo Frankenberg (1999) planejamento financeiro pessoal não é algo intangível, muito menos estático ou rígido, é um plano que as pessoas fazem de acordo com os seus valores e objetivos, buscando assim alcançar determinadas aspirações. Dessa forma, observa-se a importância que a educação financeira envolve na vida pessoal, sendo a escola o primeiro meio de dar condições, teorias e auxílio ao indivíduo a trabalhar com as suas finanças e, independente da classe social, é preciso educar todos, já os preparando para o mercado de trabalho.

Para que o estudo sobre finanças se torne menos complexo é necessário inserir desde cedo a educação financeira no seio familiar, incluindo até mesmo os filhos na participação do planejamento familiar. Assim a educação financeira compreenderá um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (Savoia; Saito; Santana, 2007). Dessa forma, o envolvimento das escolas com a educação financeira leva a melhoria no sistema de ensino, pois quanto mais preparada uma população, mais desenvolvida ela se torna.

A educação financeira pode transformar os jovens e os preparar para a vida adulta. Os jovens precisam desenvolver competências mais complexas do que as das gerações anteriores, pois segundo Ferrari *et al* (2018), a acessibilidade a créditos fáceis cria círculos viciosos difíceis de serem resolvidos, provocando nomes negativados e dívidas intermináveis. No entanto, o conhecimento adquirido na escola, através dos ensinamentos da educação financeira, será útil durante toda a vida, pois ajudará a ter bons retornos no futuro, boas oportunidades, bons salários.

A escola tem o papel fundamental ao servir de apoio para transformar o modelo atual de sociedade ao auxiliar os indivíduos na aquisição de noções ou na complementação dos conhecimentos já adquiridos sobre educação financeira (Dal Magro *et al*, 2018). Desse modo é possível que as crianças alcancem um futuro melhor, colaborando com o desenvolvimento e sustentabilidade do país. Os autores complementam que os pais sempre querem ganhar mais dinheiro, porém nesse meio, não ensinam os seus filhos de forma adequada de como tratar este ganho.

Assim se a educação financeira é inexistente o indivíduo não aprenderá como ganhar, poupar, doar ou gastar dinheiro. A educação financeira surge como uma alternativa e possibilidade de mudança neste cenário em que vivemos, formando um cidadão mais consciente e informado na busca por melhoria na qualidade de vida. Diante deste contexto questiona-se: quais as ações de inserção do ensino da educação financeira em escolas do município de Cáceres no Estado do Mato Grosso?

Dessa forma o objetivo geral da pesquisa será analisar, junto aos gestores das escolas públicas e particulares do município de Cáceres de Mato Grosso, quais são as ações para inserção do ensino da educação financeira. Como objetivos específicos procurar-se-á: a) verificar sobre a existência do ensino da educação financeira na matriz curricular escolar; b) apresentar as percepções dos gestores das escolas quanto as adversidades e c) examinar a existência de resultados com a implantação do ensino da educação financeira.

Esta pesquisa se justifica a partir de um cenário em que muitos indivíduos acabam se endividando por fatores como o *status*, que remete a uma busca de posição social, sucesso profissional e bens materiais. Dependendo do caso a situação de pouco endividamento pode passar despercebida, mas se não houve o devido cuidado pode-se alcançar um descontrole e se chegar a níveis críticos de endividamento com grande prejuízo financeiro e emocional (Vilain; Pereira, 2013). Como se percebe o ato de educar financeiramente, principalmente os jovens, é de suma importância para toda sociedade, razão pela qual pode ajudar o indivíduo na administração dos seus recursos financeiros, uma vez que, abrirá caminho para melhorar sua qualidade de vida.

Domingos e Santiago (2016) enfatizam que o ensino da Educação Financeira não se apoia apenas na matemática, cálculos e planilhas, sendo o tema muito mais amplo, mesmo considerando que estas são ferramentas importantes a serem utilizadas. No entanto, o propósito é desenvolver a responsabilidade nos jovens, para que vejam com clareza a realidade que se vive. Sem dúvida, é papel da escola também a conscientização em torno do uso do dinheiro, assim, mostra o quanto os educadores estão preocupados em preparar os indivíduos para a sociedade. Para isso, é necessário instrumentalizar se os educadores de maneira adequada, para ter a possibilidade de viver em uma sociedade igualitária, ou pelo menos mais justa. Em outras palavras a conscientização do orçamento familiar deve ser objetivo, compreendido por todos os membros da família, então, a

ideia é educar financeiramente desde o momento que o indivíduo entenda o que é dinheiro e de onde ele vem.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Muitos indivíduos acabam se endividando por fatores como o *status*, que remete a uma busca de posição social, sucesso profissional e bens materiais. Logo, percebe-se que quanto mais cedo inserir na pauta dos indivíduos a educação financeira melhor.

A qualidade de vida não se resume a ter um bom apartamento ou saúde na terceira idade. Há vários aspectos a serem considerados, tais como educação, cultura, alimentação, lazer, entre outros, compreendendo também variáveis como a satisfação das necessidades básicas, a manutenção de um ambiente favorável à segurança pessoal, e a disponibilidade de um ambiente social ao qual o indivíduo possa se engajar (Piaia, 2018). Educar financeiramente é de suma importância para toda sociedade, razão pela qual pode ajudar o indivíduo na administração dos seus recursos financeiros, pode abrir caminho para melhorar sua qualidade de vida.

De acordo com Herculano (2000), a avaliação sobre a qualidade de vida de uma população pode ser proposta de duas formas. A primeira é relativa aos recursos disponíveis, a capacidade para manutenção das necessidades. A segunda forma relativa às necessidades, numa tentativa de mensurar o grau de satisfação e o patamar desejado, a distância entre o que se deseja e o que se alcança. O objetivo da educação financeira deve ser o de levar aos indivíduos a terem uma mentalidade consciente e saudável em relação ao dinheiro, porém para um bom resultado necessitam de longo prazo, pois precisam de muitos estudos, treinos e práticas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

No Brasil o livro *bestseller* “Pai rico pai pobre” dos autores americanos Robert T. Kiyosak e Sharon Lechter, lançado no mercado brasileiro em 2000, foi que marcou a literatura sobre educação financeira, uma vez que inseriu o raciocínio voltado para a mudança de comportamento das pessoas em relação ao dinheiro. O livro aborda a importância que cada indivíduo deve ter com a administração do seu ativo e passivo (Araújo; Calife, 2014).

Araújo e Calife (2014) complementam que após o sucesso do primeiro livro relacionado ao conceito de finanças, levou a publicação de outra obra no Brasil denominada “Independência Financeira”. Assim o sucesso Kiyosak e Lechter levaram outros autores a publicarem obras nesta mesma abordagem, entre eles os autores Louis Frankenberg e Gustavo Cerbasi, que inauguraram a lista dos autores brasileiros a abordarem este tema, com os livros “Seu futuro financeiro” lançado em 2000 e “casais inteligentes enriquecem junto” de 2014.

A partir dos anos 2000 surgiram outros livros, reportagens, ações, debates relacionado á educação financeira, pois é um tema que vem ganhando espaço no Brasil. No entanto somente em 22 de dezembro de 2010 o governo federal, através do decreto nº 7.397, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária, contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e a solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. O foco da ENEF está no desenvolvimento e implementação de programas para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos.

O objetivo da criação da ENEF foi fornecer, fortalecer e apoiar ações de Educação Financeira aos cidadãos brasileiros. No ano de 2020, pelo Decreto Federal nº 10.393, a ENEF passou por uma reestruturação e tem dois focos: educação financeira nas escolas para os níveis fundamental e médio e educação financeira para adultos. A ENEF foi criada sob a inspiração do conceito de Educação Financeira definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a OCDE (2005, p.13):

Educação financeira é o processo pelo qual consumidores/ investidores financeiros melhoram sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, por meio de informações, instruções e/ ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, para saber onde procurar ajuda e para tomar outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro.

A intenção do Brasil em ingressar na OCDE, sem dúvida, colaborou para a criação da ENEF. A OCDE é composta por 38 países com os maiores índices de desenvolvimento humano (IDHs) e econômico do planeta e, segundo sua descrição oficial, o objetivo desta organização é “construir políticas melhores para vidas melhores”. Para um país integrar a OCDE precisa cumprir 253 pontos exi-

gidos pela Organização, dentre eles está o incentivo à criação de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira sob a competência do Comitê de Mercados Financeiros (CMF) do Comitê de Seguros e Pensões Privadas (IPPC)

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em sua página “Portal SUSEP de Educação Financeira”, o Brasil recebeu em 28 de agosto de 2020 a aprovação da OCDE de novos instrumentos legais relacionados à área de Educação Financeira. Uma das vantagens de um país entrar para a OCDE é estar entre os países mais ricos do mundo e ser classificado como um país atraente para investimentos, o que favorece muito sua economia interna.

De acordo com o documento “Recomendação do Conselho sobre Alfabetização Financeira” da OCDE, a alfabetização financeira tornou-se uma prioridade política de longo prazo em muitos países e economias e é reconhecida como um complemento importante para a condução de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira. Em maio de 2020, mais de 70 países e economias em todo o mundo estavam projetando ou implementando estratégias nacionais de alfabetização financeira (OCDE, 2020).

De modo geral se observa que ao longo dos anos não só no Brasil, mas diversos países demonstram uma crescente evolução da preocupação em relação a educação financeira para suas respectivas populações, uma vez que levar este tema para o maior número de pessoas possíveis é um grande desafio. Os países vêm encontrando diversas maneiras para abordarem esta temática e no Brasil o governo federal traçou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

No portal da ENEF, encontra-se uma série de ferramentas em determinados formatos, entre elas estão materiais didáticos (livros ensino fundamental e livros ensino médio), diversos temas, vídeos, artigos, jogo entre outros. Uma das estratégias de divulgação da temática são as semanais nacionais de Educação Financeira, que é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) que acontece anualmente desde 2014 e tem a finalidade de promover ações de educação financeira no país. A semana ENEF conta com a participação de diversas instituições do país e até mesmo de pessoas físicas que promovem ações e iniciativas de educação financeira, previdenciária, securitária ou fiscal. São palestras, cursos, oficinas, campanhas de divulgação, entre outras ações gratuitas de formatos diversos.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

De modo geral se observa que a educação que se recebe em casa é informal, sendo a mesma levada como base para a vivência social, porém no decorrer do ciclo de vida, o indivíduo toma conhecimento de uma educação formal na escola. Dependendo do caso a situação de pouco endividamento pode passar despercebida, mas se não toma cuidado pode haver um descontrole e se chegar a níveis críticos de endividamento com grande prejuízo financeiro e emocional (Vilain; Pereira, 2013). No entanto, essa educação formal parte dos valores profissionais, para assim ampliar seu conhecimento, crescimento e sucesso no futuro.

Observa-se que o objetivo da educação financeira é de formar indivíduos conscientes, capazes e livres de tomarem decisões durante o ciclo de sua vida. Percebe-se que o objeto principal da educação financeira é de interesse dos cidadãos, pois quando há um interesse do indivíduo a possibilidade da alfabetização financeira se torna maior, a sua motivação será o seu próprio interesse, uma vez que, suas escolhas serão realizadas pensando na busca do seu bem-estar e proteção individual. Dessa forma a educação financeira pode contribuir de modo mais consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

FORMAS DE ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na área legislativa, a aprovação da ENEF sugere que o país dê a devida importância para o tema educação financeira. Ressalta-se que o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) criada para promover ações de educação financeira, gratuita e sem qualquer interesse comercial.

Uma das alternativas de abordagem da educação financeira são os programas transversais. Quando se fala trabalhar um tema transversalmente, significa um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados em áreas determinadas do currículo, que se constituem na necessidade de um trabalho mais significativo e expressivo de temáticas sociais na escola. Nesse sentido, são temas relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, assim, são trabalhados em disciplinas já existentes,

pois, abordam questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. (ENEF, 2015).

METODOLOGIA

Quanto ao enfoque da natureza este estudo se classifica como pesquisa básica, visto que ela objetiva a geração de novos conhecimentos. A pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 36).

No que se refere ao problema, esta pesquisa possui aspectos qualitativos, pelo fato de envolver percepções dos gestores, sob a temática de Educação Financeira em ambientes escolares. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas, visto que o objetivo aqui não é colher extensivamente a maior quantidade de números, mas sim o aprofundamento nos dados e informações que os órgãos podem nos oferecer. Como explica Silveira e Córdova (2009, p. 33) “a pesquisa qualitativa se preocupa, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Quanto aos objetivos este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva pois têm como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, como também, estabelecer relações entre variáveis. Por certo, um de seus atributos mais significativos está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2008). As pesquisas descritivas são as mais requisitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, entre outras, visto que, são realizadas por pesquisadores sociais que estão preocupados com a atuação prática (Gil, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa este estudo irá transitar entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 69). Certamente é a base teórica para o estudo. Já a pesquisa de campo, conforme Vergara (2006, p. 47) é uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Nosso objeto de estudo será os gestores de escolas públicas e privadas do município de Cáceres no Estado de Mato Grosso. Para escolha dos participantes, primeiramente foi realizado um levantamento através de visita em três diferentes escolas do município para verificação de predisposição em participação na pesquisa, obtendo como resultado, a aceitação das três escolas. Terminada esta etapa, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, contendo 10 perguntas. Após a elaboração do roteiro novamente houve o contato com os gestores para explicar sobre a pesquisa, assinar o termo de consentimento e agendar a entrevista.

Sobre a coleta de dados, foram realizadas as entrevistas com os gestores, elaboradas e aplicadas pela autora da pesquisa, sendo gravadas pelo aplicativo Google Meet com a permissão dos entrevistados, e transcritas posteriormente, este processo foi realizado no período de 11 de outubro de 2022 a 14 de novembro de 2022. Cada entrevista teve duração média de aproximadamente de 30 minutos. A entrevista semiestruturada, dentro deste contexto, auxiliará a captar as percepções dos gestores acerca do tema da pesquisa. Segundo Gil (2008) a entrevista é quando o pesquisador formula perguntas e apresenta a seu investigado com objetivo de obter informações sobre o seu tema de pesquisa. Em outras palavras é um diálogo entre ambas as partes, onde pretende coletar dados para sua investigação.

Por se tratar de uma entrevista com percepção de gestores, utilizou-se o método análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), define a análise de conteúdo como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Essa metodologia beneficia o campo da investigação social por meio da interação entre teoria e prática. Com características e possibilidades próprias, esta metodologia rompe as barreiras de uma técnica de análise de dados. Ela permite obter informações aos sujeitos mais críticos nas suas diversas áreas de atuação. (Bardin, 2016, p.45).

Considerando o método de análise de conteúdo, primeiramente houve a leitura geral da transcrição das entrevistas, depois a separação das respostas pela temáticas pré-estabelecidas na entrevista semiestruturada. Para não haver identificação dos sujeitos da pesquisa, seguindo os preceitos éticos, utilizou-se de códigos para identificação, sendo escola 01 com seu gestor 01, escola 02

com seu gestor 02 e finalmente a escola 03 com seu gestor 03. Por fim foram agrupadas as respostas semelhantes por categorias e realizadas as inferências das percepções dos gestores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERIZANDO OS AMBIENTES ESCOLARES E SEUS GESTORES

Visando atender aos objetivos da pesquisa, foi aplicado uma entrevista semiestruturada aos gestores de escolas públicas e privadas localizadas no município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso.

- O primeiro ambiente escolar pesquisado, aqui definido como Escola 01 é uma escola pública estadual. Ela está instalada em Cáceres há 63 anos, atende em média de 850 alunos com as todas as séries do ensino fundamental e ensino médio. O gestor, aqui denominado como Gestor 01, atua na escola desde 2012 e no cargo de gestor desde 2020.
- O segundo ambiente escolar pesquisado denominou-se Escola 02 e trata-se de uma escola privada. Ela está instalada em Cáceres há 36 anos, atende em média de 350 alunos com os ensinos infantil, fundamental e médio. O gestor respondente, denominado como Gestor 02, atua na escola desde 1997 sendo na função de gestor desde 2007.
- O terceiro ambiente escolar pesquisado foi a escola 03 também é uma escola pública estadual, está instalada em Cáceres há 23 anos. Foi transformada em Escola militar em 2021 e atende aproximadamente 640 alunos apenas com o Ensino Médio. O gestor respondente, denominado gestor 03, atua na escola desde 2021 após ser transformada em escola militar.

AS PERCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES

Neste tópico iremos apresentar os dados e as discussões relativas as entrevistas realizadas com os gestores das escolas 01, 02 e 03. No entanto vale ressaltar que se observou a preocupação dos gestores quanto a formação de consumidores, conscientes e saudáveis capazes de administrar seu dinheiro de forma adequada e de ponderar sobre os riscos da inadimplência e dos investi-

mentos em geral. Também deparamos com o conhecimento dos gestores sobre a temática, a preocupação com a inserção da educação financeira e que houve percepções semelhantes entre os gestores, acreditando que este assunto é essencial na vida de todos

CATEGORIA 1. AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A primeira categoria estabelecida é sobre a existência de ações (ou propostas) de implantação da educação financeira. A resposta de todos os gestores foi sim. A diferença é que não é da mesma forma para cada escola. Na escola 01 a educação financeira perpassa por todas as séries, pois existe um sistema de material estruturado, por apostila. Já na escola 02 a educação financeira é trabalhada enquanto disciplina inclusive com um projeto especial para o ensino médio. Por último o gestor da escola 03 também afirmou que há houve inclusão da educação financeira determinado pela SEDUC (Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso), mas não como disciplina e sim como um conteúdo que tenha que ser trabalhado em sala de aula.

Discordando dos gestores entrevistados Savoia, Saito e Santana (2007, p. 7) diziam, em 2007, que “não há especificamente trabalhos sobre a implantação da educação em finanças pessoais nos currículos nacionais”. Na ocasião os autores explanavam sobre a relevância do assunto, mas indicavam que no Brasil não teria planejamentos educacionais voltados para o processo de socialização econômica. Isto parece que está sendo alterado de acordo com os entrevistados, inclusive por força de diretrizes legais.

CATEGORIA 2. PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM CURSOS OU EVENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A segunda categoria é sobre a participação dos professores em cursos ou eventos que envolvesse a temática de educação financeira. Nesta questão também houve respostas positivas dos três gestores. Os três gestores afirmaram que seus colaboradores professores participam ou já participaram de cursos ou eventos sobre educação financeira. Uma informação interessante do gestor 01 é que os professores participaram nos dois últimos anos de cursos na modalidade online. O gestor 02, por sua vez, informou que muitos cursos são realizados em

parcerias com bancos privados. Já o gestor 03, por estar apenas há três anos no cargo e na escola, informou que as formações são contínuas e não são apenas sobre educação financeira e sim sobre todas as disciplinas.

Contribuindo com a ideia de formações continuadas os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) esclarecem que "se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos os quais se veem confrontados no seu dia a dia" (Brasil, 1997, p. 44-45).

CATEGORIA 3. PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM CURSOS OU EVENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Continuando na investigação junto aos gestores a próxima categoria retrata sobre a participação dos alunos em cursos ou eventos que tratem sobre a educação financeira. Percebeu-se que não há cursos ou eventos específicos para os alunos na escola, fora da matriz curricular. O que pode existir são eventos gerais que englobam a temática a exemplo da semana de matemática, citada pelo gestor 01. Para o gestor 01 é na semana de matemática que assuntos como a educação financeira são tratados.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se os países quiserem possuir uma melhoria no processo de educação financeira deve-se ter afirmar a educação financeira como um processo:

pelo qual consumidores/investidores financeiros melhoram sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, por meio de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, para saber onde procurar ajuda e para tomar outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.13)

Uma orientação objetiva pode significar um curso específico sobre educação financeira, ou seja, fomento de cursos e eventos específicos que tornem os indivíduos conscientes, capazes de tomarem decisões durante o ciclo de sua vida.

CATEGORIA 4. PREPARAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES NA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na quarta categoria de análise os gestores responderam sobre a preparação e a capacitação dos professores das escolas para inserção da educação financeira. Os gestores 01 e 03, que estão em instituições públicas, declararam que todos seus professores estão preparados como, por exemplo, pode-se confirmar na declaração do Gestor 01:

Estão preparados com certeza. Nós temos excelentes profissionais aqui, o que varia muito é a forma que cada um trabalha. Nós temos um professor que trabalha muito naquele regime mais tradicional. Nós temos professores que trabalham utilizando metodologias ativas, utilizando outras formas para trabalhar em sala de aula. Essa é a diferença, mas todos eles estão sim capacitados para fazer esse trabalho com os alunos (Gestor01).

Por sua vez o gestor 02, de uma instituição privada, explica que nem todos os professores estão preparados para trabalhar o assunto em sua totalidade. Para o gestor 02 os professores das áreas afins, como a da matemática, são os mais preparados para a inserção do ensino da educação financeira.

Retomando os ensinamentos de Domingos e Santiago (2016), lembramos que o ensino da Educação Financeira não deve se apoiar apenas na matemática, nos cálculos ou nas planilhas. Este ensino deve ser um tema discutido de maneira ampla e para isso, é necessário instrumentalizar os educadores de maneira adequada.

CATEGORIA 5. INICIATIVA DOS ESTUDANTES DE LEVANTAR ESTE ASSUNTO DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR

Na quinta categoria de análise os gestores responderam sobre uma situação hipotética em quem os alunos começam a se preocupar com a educação financeira dentro da própria escola. Neste caso tivemos respostas divergentes. O gestor 01 explicou que não existem alunos que fazem este tipo de questionamento na escola. Já o gestor 02 esclareceu que já houve o questionamento de uma educação financeira, inclusive com projetos para evitar o consumo de copo descartável envolvendo o custo-benefício e os danos ecológicos. O gestor 03 por sua vez relatou que os alunos abordam a questão da educação financeira

em sala de aula junto aos professores, então há o incentivo aos professores da escola 03 para estes abordem as questões do dia a dia e do orçamento familiar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que definem as diretrizes para a proposta pedagógica dos diversos cursos ministrados pelas escolas brasileiras sugerem a necessidade de se trabalhar temas cotidianos dentro da sala de aula (Brasil, 1998). Segundo o texto dos PCNs há necessidade de se educar financeiramente os alunos, em face do surgimento de um novo quadro econômico tanto no mundo quanto no Brasil:

É preciso mostrar que o objeto de consumo - seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc. - é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho. (Brasil, 1998, p.35).

Essa educação deve ser transferida para as disciplinas e trabalhadas em sala de aula. Os professores devem que estar cientes dessa situação e preparados para conversar e dialogar da temática em sala de aula.

CATEGORIA 6. DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na sexta categoria de análise os gestores responderam sobre as dificuldades encontradas na implantação da educação financeira. Neste aspecto apenas o gestor 01, de uma escola pública, identificou dificuldades em trabalhar com a educação financeira. Para este gestor, há muitos professores que trabalham com métodos tradicionais, dando enfoque para o cálculo puro. O gestor 01 também relatou que não há um laboratório de informática ou matemática ou conteúdo mais interativos que possam estimular os alunos a ter interesse pela temática.

No sentido oposto o gestor 02, de uma escola privada, relatou que não há dificuldade em implantar a temática de educação financeira na instituição, a única ação que deveria ser feita é o estudo de viabilidade e a carga horária necessária para a temática ser incluída nas turmas.

Já o gestor 03, de uma escola pública militarizada, também relatou que possui dificuldade específica em implantar o projeto, já que ele vai apenas cum-

prir o que lhe for designado. Para Sá (2012, p. 27) são muitos os problemas na implantação da educação financeira nas escolas, citando um exemplo:

em relação ao tema 'consumo', um professor pode discutir e analisar com seus alunos sobre propagandas enganosas, compras financiadas, cartões de crédito, endividamento, cheques especiais, procurando apontar vantagens e desvantagens para os consumidores sob a luz da Matemática subjacente a todas essas temáticas. Entretanto, para esse tipo de trabalho docente, é necessário haver uma formação de professores adequada e que a Matemática Financeira, com características especiais, seja uma das disciplinas da matriz curricular.

Com as entrevistas percebe-se que os gestores consideram que os conceitos abordados na disciplina de matemática como juros, porcentagem e estatísticas são conceitos suficientes para educação dos estudantes relacionados a educação financeira.

CATEGORIA 7. IMPLANTAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE PROFESSORES NA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NA ESCOLA

A sétima categoria foi sobre a sensibilização dos professores na inserção da temática na escola. Conforme o gestor 01 não houve sensibilização, pois, todo professor de matemática gosta de trabalhar a educação financeira. Já os gestores 02 e 03 afirmaram que necessitou de sensibilização. O gestor 02 esclareceu que é a partir do currículo de cada professor que se busca o interesse pela educação financeira. Para este gestor cada professor terá uma situação pessoal em que utiliza a educação financeira e a partir dessa situação ele começa a dar importância de também lecionar sobre a educação financeira. Por fim o gestor 03 explica que a sensibilização é realizada por palestras ou lives que são oferecidas pela SEDUC-MT.

Segundo Martins (2004), a escola omite-se em relação às noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que definem as diretrizes para a proposta pedagógica dos diversos cursos ministrados pelas escolas brasileiras sugerem a necessidade de a escola trabalhar temas cotidianos dentro da sala de aula (Brasil, 1998).

CATEGORIA 8. APLICAÇÃO DO CONTEÚDO ESPECÍFICO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na oitava categoria arguiu-se aos gestores se há aplicação de conteúdo específico de educação financeira. Conforme os gestores 01 e 03, ambos de escolas públicas, não há aplicação de conteúdo específico de educação financeira. A educação financeira é apenas trabalhada em tópicos dentro da disciplina de matemática. Já conforme o gestor 02, de uma escola privada, há uma disciplina exclusiva e específica de educação financeira para as turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio.

Observa-se que o tema educação financeira vem sendo abordada de forma transversais, inserindo em disciplinas afins, especificamente na matemática, sendo assim não despertando tanto interesse dos alunos, fazendo com que cada vez mais pessoas deixem de receber instruções sobre conhecimentos financeiros. O que foi encontrado colide com que pensam alguns autores. Por exemplo, para Sousa (2012, p. 35):

A alfabetização financeira é tão importante quanto, pois, a todo o momento manipulamos o dinheiro. Ele afeta diretamente nossa vida pessoal e, é (para a maioria) a razão da vida profissional. O que vemos frequentemente são jovens despreparados endividados, sofrendo com o consumismo, sem saber planejar o próprio futuro.

Percebe-se que o papel da escola no ensino da educação financeira é essencial, mas ainda é um tema pouco discutido durante a formação do conhecimento. Como a prática da educação financeira no país parece ser razoavelmente nova, torna-se comum para o brasileiro não planejar as suas finanças ou mesmo discutir sobre esse tema.

CATEGORIA 9. ADVERSIDADES E OS PROVEITOS RESULTANTES DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Na última categoria de análise questionou-se sobre as percepções de adversidades e proveitos da implantação do ensino da educação financeira. Conforme o gestor 01 há dois tipos de dificuldades quanto aos professores que são mais tradicionais e quanto aos alunos que não incorporaram essa recente mudança no conteúdo das disciplinas. Para o gestor 01 ainda é preciso “pelo

menos uns três anos de trabalho para a gente poder observar um resultado mais efetivo do ensino da educação financeira dentro da sala de aula”

Para o gestor 02, por ser uma escola privada de público heterogêneo, não houve dificuldades. Na prática o gestor 02 declarou que “foi uma das grandes conquistas” o ensino da educação financeira. É com essa temática que os alunos, de forma gradativa, se aprofundam no cunho teórico a partir das práticas vivenciadas dentro ou fora da escola.

Já o gestor 03 explicou que por ter sido nomeado recentemente como gestor escolar (há dois anos) não é possível dizer se foi bom ou ruim a implantação da educação financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo iniciou por uma revisão bibliográfica, a qual foi determinante para dar fundamentação ao trabalho, proporcionando o conhecimento sobre a Educação Financeira. Dessa forma pode ser observada a crescente importância dada a temática nas últimas duas décadas. Já a pesquisa empírica objetivou compreender a percepção dos gestores acerca da inserção da educação financeira no ambiente escolar.

Visando responder aos objetivos propostos, a pesquisa empírica, no primeiro momento identificou o perfil dos Gestores 01, 02 e 03, analisando o perfil dos respondentes e da escola, quanto ao tempo de atuação como gestor, quanto tempo à escola atua nesse município, e quais as séries a escola oferece para sociedade.

No segundo momento, apresentou-se a análise dos resultados da pesquisa, onde foram discutidas as percepções dos gestores quanto a Educação Financeira, no que diz respeito aos conhecimentos sobre o tema, sua importância, o papel da escola no ensino desta temática, os benefícios que a abordagem pode gerar, a contribuição na conscientização dos estudantes para uso adequado do dinheiro, a existência de algum método que a escola adota e a existência de ações propostas ou em desenvolvimento para sua implantação.

No terceiro momento, analisou-se a dificuldade, adversidades e proveitos vinculadas à Educação Financeira levantadas pelos gestores, identificando alguns aspectos das dificuldades para inserção no ambiente escolar. Entre os quais se destacam as mais importantes tais como a carga horária, dificuldade de transversalidade

De forma geral os gestores veem perspectivas boas para inserção da educação financeira nas escolas, acreditam na sua importância junto ao ambiente escolar. Entretanto, percebem a necessidade de preparação dos docentes para a implementação. Os gestores também avaliam que as melhores formas de capacitação podem vir de cursos, eventos, treinamentos e projetos de extensão em parcerias com universidades.

Ao final deste artigo, avalia-se que o processo de educação financeira é longo, necessitando de treinamentos e ações práticas. É necessário ensinar o indivíduo para que, na fase jovem, quando obtiver nas mãos a responsabilidade com a administração do dinheiro, ele saiba aplicá-lo. Entretanto a educação vai além de ensinar o jovem a lidar com o dinheiro, pois a parte monetária é pequena, a maior parte do aprendizado está ligada ao que se aprende através do dinheiro, como por exemplo, resolver problemas, fazer escolhas, a capacidade de se doar em tempo e talento, capacidade de se planejar e o princípio da ética no consumo.

Diante disso, fica evidente a necessidade de que as escolas adotem o ensino de educação financeira na sua matriz curricular. Além disso, sugere-se que o ensino superior reforce o aprendizado desse assunto, incluindo disciplinas de cursos que não tem relação com o mercado financeiro, afinal, no futuro todos serão profissionais e precisarão gerenciar os seus recursos e os seus bens.

Diante dos apontamentos feitos pelos gestores, a universidade poderia refletir sobre a possibilidade desenvolver projetos de extensão voltados à educação financeira nas escolas do município analisado e de outros municípios circunvizinhos. A conscientização da importância desse tema certamente resultará em benefícios para ambas as partes: os alunos terão sua saúde financeira melhorada e para universidade que contribuirá diretamente para diminuir a distância entre a academia e a sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Thamirian Fatima Brito Pessoa, bacharel em Ciências Contábeis, pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Cáceres (MT), que realizou a pesquisa juntos aos gestores escolares e elaborou seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesta temática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, José Roberto Romeu. (Org.). **Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros**. São Paulo: IBeGI, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm > Acesso em 30 set 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> >. Acesso em 30 set 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Terceiro e Quarto ciclos do ensino fundamental. Matemática. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf> >. Acesso em 30 set 2024.

DAL MAGRO, Cristian Baú; GORLA, Marcello Christiano; SILVA, Tarcísio Pedro da; HEIN, Nelson. O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. e142534-e142534, 2018.

DOMINGOS, António Manuel Dias; SANTIAGO, Ana. Conceções e práticas de professores de matemática sobre educação financeira. **Revista de educação, ciências e matemática**, v. 6, n. 3, 2016.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Portal BCB**. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ENEFDOC>> Acesso em 30 set. 2024.

FERRARI, Angélica; THEODORO, Aldecir José; SCALABRIN, Idionir; KAMMLER, Edson Luis. Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. **Revista Perspectiva**, Erechim. v. 42, n.158, p. 89-100, junho/2018.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. Gulf Professional Publishing, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In.: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado de (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Rio de Janeiro, EdUFF, 2000. 334 pp.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving Financial Literacy - Analysis of Issues and Policies**. Paris, França: OECD, 2005.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira**. 2020. Disponível em <<https://legalinstruments.oecd.org/api/download/%3Furi%3D/public/3fa-1d4e1-e147-46f4-83bc-d9d6615e066d.pdf>> Acesso em 30 de setembro 2024.

PIAIA, Luana Peroza. **Ferramentas computacionais na análise de projetos de Habitação de Interesse Social**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2018.

SÁ, Ilydio Pereira de. **A educação matemática crítica e a matemática financeira na formação de professores**. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Bandeirante de São Paulo. São Paulo, 2012.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÔRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica. Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SOUSA, Almir Ferreira; TORRALVO, Caio Fragata. **Aprenda a administrar seu próprio dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VILAIN, Juliana Safanelli; PEREIRA, Maurício Fernandes. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, 2013.